

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: Estradas / Transfronteira

Data: 10 de Novembro de 1991

Pg.: 07

## Incrá não recomenda a Transfronteira

A construção da Transfronteira, uma rodovia de 6.929 quilômetros que cortaria sete Estados brasileiros situados nas fronteiras norte e centro-oeste, a uma distância média de 70 km dos países limítrofes, ganhou um adversário inesperado. Em resposta a uma consulta da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal — onde tramita o projeto de lei da rodovia, que é de autoria da deputada Raquel Cândido (RO-sem partido) — um parecer técnico da Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), no Pará, desaconselha o empreendimento. Para o organismo, o país, antes de construir uma estrada como esta, deveria retomar as obras públicas inacabadas e abandonadas na região, como a Transamazônica e a Perimetral Norte.

A oposição é considerada inesperada porque parte de um órgão do governo, de onde, desde a apresentação do projeto, em 1989, só têm partido manifestações favoráveis. Para o Incra, "o mais prático, pelo menos no momento, seria a conclusão de tudo que já foi começado". O organismo questiona: "Como é que se pode imaginar construir novas estradas se os recursos existentes são insuficientes até mesmo para dotar as que aí estão em condições mínimas de (bom) funcionamento?" O parecer chega a sugerir uma lei que obrigue os três níveis de governo a concluir e a alocar todos os recursos financeiros, e suas fontes, necessários à conservação e manutenção das obras públicas. O Instituto teme que a Transfronteira reedite os problemas da Transamazônica, dada a semelhança entre os dois empreendimentos no que se refere à implantação de agrovilas — uma válvula de escape para os conflitos sociais e fundiários de outras regiões brasileiras. Os núcleos de assentamentos em terras devolutas da União seriam implantados a cada 100 quilômetros.

### "Calamidade"

"Em termos de ampliação de fronteira agrícola, o que se tem observado não passa de outra calamidade", expressa o Incra, chamando a atenção para os impactos ambientais. A advertência fundamenta-se na previsão de que a rodovia transportará 1.730 quilômetros de áreas indígenas, 587

quilômetros de parques de conservação, 284 rios e seis serras, nos Estados do Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Mato Grosso. "Em troca de quê tudo isso, se na maioria das vezes o resultado da operação econômica não é suficiente nem mesmo para cobrir seus custos?", indaga o parecer. O projeto de lei não estima o valor orçamentário da obra; no entanto, por sua extensão e localização em regiões inóspitas, exigiria altos investimentos.

O projeto, que foi desarquivado da Câmara em fevereiro deste ano, diz que a construção da Transfronteira seria precedida de acordos com os governos da Guiana Francesa, Suriname, República Cooperativista da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Em lenta tramitação na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias — a intenção do relator, deputado Valdir Ganzer (PT-PA), e do presidente, Fábio Feldman (PSDB-SP), é diversificar as consultas, visando a um relatório consistente, com tendência a rejeitar a construção da estrada — o projeto obriga o Poder Público a adotar medidas de proteção às populações humanas, fauna, flora e recursos hídricos, e a implantar redes de serviços de saúde, educação etc.

Por sua natureza geopolítica de fiscalização, vigilância, defesa dos recursos naturais estratégicos e inibição de atividades clandestinas e guerrilheiras — uma concepção militar — a Transfronteira guarda semelhanças com o Calha Norte, o projeto das Forças Armadas iniciado em 1985. Os objetivos da rodovia em discussão na Câmara confundem-se também com os da Perimetral Norte, uma rodovia projetada para ter 2.586 km, do Amapá ao Amazonas, que começou a ser aberta em 1973 e depois foi abandonada. Por essas razões, o Incra considera que o projeto da deputada por Rondônia peca também por sua dissociação do Calha Norte e da Perimetral. "Por que não aproveitar tudo isso, talvez apenas promovendo uma ou outra modificação em pontos restritos, ajustando-os ou complementando-os?", questiona o parecer.

### "Resolução autoritária"

Em outro parecer recebido pela comissão — e divulgado em Belém pe-

la assessoria do relator — o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, ex-pesquisador do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, especialista em estudos amazônicos, fulmina o projeto da Transfronteira. Ele considera que a estrada está dissociada dos mercados, ao priorizar o conceito de segurança nacional, em detrimento, conforme sua análise, do escoamento da produção agrícola, por exemplo. O antropólogo, que atualmente se dedica a trabalhos de consultoria em sua área, procura demonstrar esse entendimento recorrendo ao artigo 10º do projeto.

Tal dispositivo, ao estabelecer ações na área de influência da Transfronteira com o objetivo de "eliminar e coibir o tráfico de drogas, as queimadas, o contrabando, a exploração mineral e vegetal ilegal, a ingerência nas tribos indígenas e possíveis movimentos guerrilheiros", funciona, na opinião de Alfredo Wagner, "como um suporte para ações policiais e manobras militares". Ele arremata com o artigo 11, segundo o qual as agrovilas servirão de "apoio logístico estratégico permanente" às forças militares brasileiras e dos países fronteiriços. O pesquisador estranha a inspiração de segurança nacional do projeto, frisando que a proposição "ocorre num contexto em que não há mapas sendo redesenhados na América do Sul (...) nem há qualquer tentativa de expansão territorial (...)".

Definidas pelo antropólogo como uma "resolução autoritária dos conflitos agrários", as agrovilas que seriam implantadas ao longo da Transfronteira, para o assentamento de populações envolvidas em conflitos de terra, devem servir de "válvula de descompressão para o problema da aglomeração de populações marginalizadas, sobretudo nos grandes centros", acentua a exposição de motivos elaborada por Raquel Cândido. A proposta, observa Alfredo Wagner, que a classifica como "exportação das tensões sociais", se contrapõe "às reivindicações dos movimentos camponeses de uma reforma agrária ampla, massiva e democrática". A propósito, o parecer de Alfredo Wagner destaca que "há consenso, nas entidades sindicais dos trabalhadores rurais (...), de que a reforma agrária deve ocorrer nas próprias áreas de conflito, sem qualquer transferência compulsória de população trabalhadora". (Por Luis Roberto Cruz).